

# BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores  
Independentes**

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -  
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf,  
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da  
**BRVias Holding VRD S.A.**  
Lins – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BRVias Holding VRD S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixas individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

**Reapresentação dos valores correspondentes às demonstrações contábeis da controlada ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 32, durante o exercício de 2022 a Companhia controlada ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A revisou sua política contábil com relação à capitalização de juros relacionada à aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12 –

Service Concession Arrangements) e respectivos efeitos tributários. Como resultado, as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como requerido pela norma NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente à norma IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*). Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, antes dos referidos ajustes de reapresentação mencionados, foram anteriormente auditadas por nós, cujo relatório, datado de 25 de abril de 2022, não continha modificação. O balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2021, apresentado para fins de comparação, foi anteriormente auditado por nós antes dos ajustes de reapresentação mencionados (tendo sido derivado das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020), cujo relatório, datado de 15 de abril de 2021, não continha modificação.

### Transações significativas com Partes Relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 11, considerando que a Companhia realiza transações significativas com partes relacionadas, principalmente junto a parte relacionada e controlada ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A. Dessa forma, os resultados dessas operações poderiam ser diferentes se realizadas com terceiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e de sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 19 de abril de 2023



Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

Marcelo Castro Valentini  
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

## BRVias Holding VRD S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2022 e 31 e dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

#### ATIVO

Nota	Controladora			Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentação)	01/01/2021 (Reapresentação)	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentação)	01/01/2021 (Reapresentação)	
<b>Ativo circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	8	123	-	2	1.781	845	760
Aplicações financeiras	9	-	-	-	41.301	27.810	63.851
Contas a receber	10	-	-	-	21.112	16.563	13.606
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	1.179	1.343	384
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	2.128	1.050	736
Partes relacionadas	11	-	-	-	1.210	1.123	945
Outros créditos	-	32	32	32	1.041	644	3.241
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>154</b>	<b>32</b>	<b>34</b>	<b>69.751</b>	<b>49.378</b>	<b>83.522</b>
<b>Ativo não circulante</b>							
Partes relacionadas	11	108.174	11.290	6.290	6.290	6.290	6.290
Depósitos judiciais	-	-	-	-	1.471	1.767	2.212
Investimentos	12	295.705	327.273	366.238	-	-	-
Imobilizado	13	-	-	-	11.680	10.992	6.004
Intangível	14	-	-	-	1.345.155	1.264.166	1.129.673
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>403.879</b>	<b>338.563</b>	<b>372.528</b>	<b>1.364.596</b>	<b>1.283.215</b>	<b>1.144.179</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>404.033</b>	<b>338.595</b>	<b>372.562</b>	<b>1.434.347</b>	<b>1.332.593</b>	<b>1.227.701</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

## BRVias Holding VRD S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2022 e 31 e dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentação)	01/01/2021 (Reapresentação)	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentação)	01/01/2021 (Reapresentação)
<b>Passivo circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	37.787	31.517	28
Debêntures	16	26.487	133.742	123.118	73.569	176.949	162.863
Fornecedores	17	233	29	6	56.031	109.351	62.926
Arrendamento por direito de uso	-	-	-	-	1.928	755	427
Passivo fiscal	-	24	3	2	3.131	2.829	3.902
Obrigações sociais	-	-	-	-	4.715	2.509	2.005
Partes relacionadas	11	1.459	1.459	1.459	1.140	607	2.497
Outras contas a pagar	-	-	-	-	10.905	9.959	24.904
Dividendos a pagar	11	66	66	66	66	66	66
Provisão para manutenção	18	-	-	-	10.189	9.653	12.286
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>28.269</b>	<b>135.299</b>	<b>124.651</b>	<b>199.461</b>	<b>344.194</b>	<b>271.903</b>
<b>Passivo não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	2.611	3.888	-
Debêntures	16	227.344	-	-	992.357	723.996	648.935
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	-	-	-	67.525	44.750	27.034
Arrendamento por direito de uso	-	-	-	-	2.323	834	96
Provisão para manutenção	18	-	-	-	19.467	10.649	30.258
Provisão para contingências	20	-	-	-	2.182	986	1.563
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>227.344</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.086.465</b>	<b>785.102</b>	<b>707.886</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	21	376.870	376.870	376.870	376.870	376.870	376.870
Reserva de capital	21	25.461	25.461	25.461	25.461	25.461	25.461
Prejuízos acumulados	21	(253.910)	(199.035)	(154.419)	(253.910)	(199.035)	(154.419)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>148.421</b>	<b>203.296</b>	<b>247.912</b>	<b>148.421</b>	<b>203.296</b>	<b>247.912</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>255.613</b>	<b>135.299</b>	<b>124.651</b>	<b>1.285.926</b>	<b>1.129.296</b>	<b>979.789</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>404.033</b>	<b>338.595</b>	<b>372.563</b>	<b>1.434.347</b>	<b>1.332.592</b>	<b>1.227.701</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

## BRVias Holding VRD S.A.

### Demonstrações dos resultados para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentação)	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentação)	
<b>Receita operacional líquida</b>	22	-	-	355.564	344.478
Custo dos serviços prestados	23	-	-	(184.953)	(141.803)
Custo de construção	23	-	-	(91.239)	(128.283)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	79.372	74.391
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(695)	(24)	(1.952)	(4.148)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		(695)	(24)	77.420	70.243
Receita financeira	24	-	-	5.480	2.513
Despesa financeira	24	(22.612)	(5.626)	(114.999)	(99.656)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		(22.612)	(5.626)	(109.519)	(97.143)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	-	(31.568)	(38.966)	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		(54.876)	(44.616)	(32.100)	(26.900)
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	(22.776)	(17.715)
<b>Lucro / (prejuízo) do exercício</b>		(54.876)	(44.616)	(54.876)	(44.616)
<b>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em Reais - R\$</b>		(0,12264)	(0,14862)	(0,12264)	(0,14862)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.



## BRVias Holding VRD S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) do exercício	(54.876)	(44.616)	(54.876)	(44.616)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total de resultado abrangente do período</b>	<u>(54.876)</u>	<u>(44.616)</u>	<u>(54.876)</u>	<u>(44.616)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

## BRVias Holding VRD S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital integralizar</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021 (reapresentado)</b>	447.470	(70.600)	376.870	25.461	(154.419)	247.912
Resultado do período	-	-	-	-	(44.616)	(44.616)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)</b>	<u>447.470</u>	<u>(70.600)</u>	<u>376.870</u>	<u>25.461</u>	<u>(199.034)</u>	<u>203.296</u>
Resultado do período	-	-	-	-	(54.876)	(54.876)
<b>Saldos em 30 de dezembro de 2022</b>	<u>447.470</u>	<u>(70.600)</u>	<u>376.870</u>	<u>25.461</u>	<u>(253.910)</u>	<u>148.420</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

## BRVias Holding VRD S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentação)	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentação)
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>				
Prejuízo do exercício	(54.876)	(44.616)	(54.876)	(44.616)
<b>Ajustes para:</b>				
Depreciação	-	-	390	728
Amortização - Reapresentado	-	-	42.992	32.145
Baixa do ativo imobilizado líquida	-	-	6.084	1.883
Provisão para manutenção	-	-	70.728	55.583
(Reversão) constituição de provisão para contingências	-	-	1.195	(577)
Resultado de equivalência patrimonial	31.568	38.966	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures - Reapresentado	24.624	5.624	128.251	130.716
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Reapresentado	-	-	22.776	17.715
	1.316	(26)	217.539	193.576
<b>(Aumento) redução no ativo:</b>				
Contas a receber	-	-	(4.549)	(2.957)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	164	(959)
Outros créditos	-	-	(1.177)	2.717
Fornecedores	204	23	(53.320)	46.431
Passivo fiscal corrente	22	1	303	(1.072)
Obrigações sociais	-	-	2.206	504
Realização de provisão para manutenção	-	-	(61.374)	(77.826)
Outros passivos	-	-	3.608	(14.231)
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	-	-	(52.332)	(43.788)
	1.542	(2)	51.068	102.394
<b>Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>				
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aplicações financeiras	-	-	(273.270)	(208.836)
Resgate das aplicações	-	-	259.779	244.876
Aquisição de imobilizado	-	-	(7.162)	(7.595)
Adição do intangível - Reapresentado	-	-	(123.981)	(166.638)
	-	-	(144.634)	(138.193)
<b>Fluxo de caixa decorrente das (usado nas) atividades de investimentos</b>				
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Partes relacionadas	(96.884)	(5.000)	446	(1.712)
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	95.465	5.000	130.698	43.700
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	(36.642)	(6.104)
	(1.419)	-	94.502	35.884
<b>Caixa líquido decorrente das (usado nas) atividades de financiamentos</b>				
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	123	(2)	936	85
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	2	845	760
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	123	0	1.781	845

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua João Moreira da Silva, 509, sala A, Jardim Americano – cidade de Lins – SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A., passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social na data da operação.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um prejuízo na controladora e consolidado de R\$ 54.876 (prejuízo de R\$ 44.616 em 2021) e capital circulante líquido negativo de R\$ 28.115 (R\$ 135.266 em 2021) na controladora R\$ 129.710 (R\$ 294.817 em 2021) no consolidado.

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente, as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas.

### **Efeitos da COVID-19**

Conforme divulgado pela Controlada ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. em Comunicado ao Mercado no dia 19 de março de 2020, em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades diante do atual cenário e dos desdobramentos da pandemia, a BRVias (que tomou atitudes semelhantes à controlada) destaca as seguintes principais medidas adotadas para apoiar na prevenção do Covid-19:

- Criação de um comitê de crise; afastamento domiciliar para colaboradores que vierem a apresentar os sintomas do Covid-19, com monitoramento pelo departamento de recursos humanos; adoção de home office para todos os colaboradores que possam desenvolver suas atividades fora do espaço físico da empresa;

- Divulgação expressiva das formas de prevenção, através de diversos canais, aos colaboradores e seus parceiros;
- Acompanhamento constante de potenciais impactos decorrentes da pandemia em seus negócios; negociação com fornecedores para redução de valores e/ou carência para os próximos pagamentos; e

A controlada teve uma redução no seu custo no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 8.133 quando comparado com 2021, onde os maiores gastos foram com pessoal, devido a internalização dos serviços de conservação da rodovia.

	2022	2021
Serviços de terceiros	(16.961)	(19.357)
Com pessoal	(26.567)	(20.707)
Custo de contrato concessão	(16.009)	(13.756)
Outros	(4.275)	(1.859)
<b>Total</b>	<b>(63.812)</b>	<b>(55.679)</b>

Em 2022, a Controlada identificou impactos financeiros em comparação ao mesmo período do ano anterior, mitigados devido às medidas supracitadas.

Praça de Pedágio	Eixos e equivalentes		Variação	
	2022	2021	22 x 21	
P1-Avaí	6.013	5.247	766	14,59%
P2-Pirajuí	5.526	4.787	739	15,44%
P3-Promissão	5.939	5.164	775	15,00%
P4-Glicério	6.741	6.148	592	9,64%
P5-Rubiácea	4.916	4.495	421	9,36%
P6-Lavinia	3.977	3.535	442	12,50%
P7-Guaraçai	3.742	3.339	403	12,08%
P8-Castilho	5.280	4.753	527	11,09%
	<b>42.134</b>	<b>37.468</b>	<b>4.665</b>	<b>12,46%</b>

Praça de Pedágio	Em R\$ mil		Variação	
	2022	2021	R\$	%
P1-Avaí	40.084	31.846	8239	25,87%
P2-Pirajuí	34.342	27.116	7225	26,65%
P3-Promissão	44.056	34.948	9108	26,06%
P4-Glicério	55.691	46.218	9473	20,50%
P5-Rubiácea	34.962	29.057	5905	20,32%
P6-Lavinia	22.320	18.080	4239	23,45%
P7-Guaraçai	20.255	16.562	3692	22,29%
P8-Castilho	21.150	17.380	3770	21,69%
	<b>272.859</b>	<b>221.207</b>	<b>51.652</b>	<b>23,35%</b>

Apesar dos indicadores econômicos apontarem para um arrefecimento da crise, para um cenário de queda no tráfego para os próximos meses, a Controlada possui uma forte posição de caixa e segue adotando medidas de austeridade em sua gestão de caixa, considerando a seu favor o perfil de dívida alongado e estritamente controlado.

A Controlada cumpre rigorosamente o seu papel social de atender a população usuária da rodovia, sempre mantendo os padrões mais rígidos de segurança viária e sanitária, e está consciente de que esse é um evento de força maior, e, portanto, demandará um aditamento de reequilíbrio contratual assim que a extensão dos efeitos dessa pandemia puderem ser mensurados.

## 1.1. Relação de entidade controlada

Segue a controlada da Companhia:

	País	Participação acionária %	
		2022	2021
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509, Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336,500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667,630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objetivo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na Rodovia.

## 2. Base de preparação

### Declaração de conformidade (normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 19 de abril de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados

de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 13** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 14** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 19** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 18** – Provisão para manutenção;
- **Nota Explicativa nº 20** – Provisão para contingência.

### **Mensuração a valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- Nota Explicativa nº 25 – Instrumentos financeiros.

## **5. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

## **6. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **a) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e sua

controlada quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### **Ativos financeiros**

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia e sua controlada, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

### **Classificação dos ativos financeiros**

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### **Custo amortizado**

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida



usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e sua controlada reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro.

Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 24).

#### **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente**

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada.

#### **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

#### **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia e sua controlada avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### **Passivos financeiros**

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

#### **Contratos de garantia financeira**

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia e sua controlada.

#### **Desreconhecimento**

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura**

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia e sua controlada.

#### **Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Controlada é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Controlada revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2022, a Controlada efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

#### **Provisões gerais**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia e sua controlada esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

#### **Provisão de manutenção – Contratos de Concessão**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado

colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

## **b) Capital social**

### **Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

## **c) Imobilizado**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia e sua controlada consideram como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

### **(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### **(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

**d) Ativos intangíveis**

A Controlada possui os seguintes ativos intangíveis:

**(i) Contratos de concessão de serviços**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Controlada estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

**(ii) Direito de outorga**

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 14). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego, sempre que necessário atualizado, pelo prazo da concessão.

**(iii) Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

**(iv) Gastos subsequentes**

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

**(v) Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	5 anos
-----------	--------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

**e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros – não derivativos**

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

**(i)** novos critérios de classificação de ativos financeiros; **(ii)** novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e **(iii)** flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia e sua controlada.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia e sua controlada determinam o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**f) Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**g) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**(i) Provisão de manutenção – contratos de construção**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia e sua controlada definiram que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

**h) Capitalização dos custos dos empréstimos**

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

**i) Receita operacional**

**(i) Receita de pedágio**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Controlada presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

**(ii) Receita de construção**

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária Controlada deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Controlada em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Controlada estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

**j) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**k) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Controlada espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **l) Resultado por ação básico e diluído**

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia e sua controlada pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

#### **m) Informações por segmento**

A principal receita da atividade da Companhia e sua controlada vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia e sua controlada explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia e sua controlada como um todo, ou seja, a Companhia e sua controlada estão organizadas em um único segmento de negócio.

## **7. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente**

O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do NBC TG 26/R5 (IAS 1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem os seguintes pontos:

- a)** O que significa um direito de postergar a liquidação;
- b)** O direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- c)** Essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- d)** Somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O IASB emitiu alterações na divulgação de práticas contábeis, que esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

O IASB emitiu alterações no NBC TG 23/R3 (IAS 8), esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

A Companhia irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação



## 8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Bancos	123	-	2	1.669	733	656
Fundo de troco/numerários em trânsito	-	-	-	112	112	104
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>1.781</b>	<b>845</b>	<b>760</b>

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

## 9. Aplicações financeiras – Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Aplicações financeiras	41.301	27.810	63.851

Aplicação financeira mantida junto ao Banco Santander, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto a Debêntures, veja maiores detalhes nas Notas Explicativas nºs 15 e 16.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

## 10. Contas a receber – Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Pedágio eletrônico	15.077	13.876	11.298
Visa - vale-pedágio	85	262	176
Protege S.A - Proteção e Transporte de Valores	1.161	2027	-
DBTrans S.A.	161	213	1.823
Contas a receber – receitas acessórias	4.628	185	196
<b>Total</b>	<b>21.112</b>	<b>16.563</b>	<b>13.606</b>

Idade de vencimento dos títulos	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Créditos a vencer até 30 dias	17.156	15.945	13.255
Créditos a vencer até 60 dias	1.280	618	351
Créditos a vencer até 90 dias	2.676	-	-
<b>Total</b>	<b>21.112</b>	<b>16.563</b>	<b>13.606</b>

O contas a receber da Companhia e sua controlada não apresentam montantes significativos vencidos e a Companhia e sua controlada também não possuem histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

## 11. Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos exercícios findos em de 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Diretores estatutários	44	35

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

#### a) Contas patrimoniais

Notas	Controladora			Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	
<b>Ativo</b>							
BRVias S.A.	(i)	-	-	-	1.210	1.123	945
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	(vii)	101.884(**)	5.000	-	-	-	-
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônicas S.A.	-	6.290 (*)	6.290 (*)	6.290 (*)	6.290	6.290	6.290
<b>Total</b>		<b>108.174</b>	<b>11.290</b>	<b>6.290</b>	<b>7.500</b>	<b>7.413</b>	<b>7.235</b>
<b>Passivo</b>							
Empresa Princesa do Norte S.A.		-	-	-	-	-	(395)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	-	-	-	(1.140)	(607)	(2.092)
Outros		-	-	-	-	-	(10)
<b>Fornecedores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.140)</b>	<b>(607)</b>	<b>(2.497)</b>
<b>Dividendos a pagar</b>							
Fundo de Investimento em Participações Volluto	(vi)	(33)	(33)	(33)	(33)	(33)	(33)
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	(vi)	(33)	(33)	(33)	(33)	(33)	(33)
<b>Total</b>		<b>(66)</b>	<b>(66)</b>	<b>(66)</b>	<b>(66)</b>	<b>(66)</b>	<b>(66)</b>
<b>Outros créditos contas a pagar</b>							
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (i)		(1.459)	(1.459)	(1.459)	-	-	-
<b>Total</b>		<b>(1.459)</b>	<b>(1.459)</b>	<b>(1.459)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(\*) Em dezembro de 2018, a Companhia fez uma cessão de crédito, transferindo todos os direitos de crédito advindos de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, referente as empresas acima citadas para utilizar na compensação do saldo do débito do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT); e

(\*\*) Em 2022 a Companhia aportou em parte relacionada na controlada ViaRondon Concessionaria de Rodovia S.A., recursos financeiros no montante de R\$ 100.465 a título de mútuos para fins de fluxo de caixa operacional com prazo de pagamento até 2036, a taxa de 103% do CDI.

Transações que afetaram o resultado:

	Notas	Valor da transação no resultado do exercício			
		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Serviços prestados</b>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	-	-	-	(298)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	-	-	(8.150)	(18.300)
BRVias S.A.	(v)	-	-	-	(972)
Outros	(iv)	-	-	(54)	(114)
<b>Total</b>		-	-	<b>(8.204)</b>	<b>(19.684)</b>

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Serviços de consultoria administrativa;
- (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados;
- (vi) Saldos de dividendos a pagar;
- (vii) Transação na modalidade de mútuo entre partes relacionadas.

## 12. Investimentos – Controladora – Reapresentado

A sua controlada registrou um prejuízo de R\$ 31.568 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (prejuízo de R\$ 38.966 em 2021). A controlada está registrada na CVM, mas não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

A tabela a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

### ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Prejuízo
<b>31 de dezembro de 2022</b>	100%	71.056	1.358.306	1.429.362	172.652	961.004	1.133.656	295.705	361.043	392.611	(31.568)
<b>31 de dezembro de 2021</b>	100%	50.806	1.276.925	1.327.731	215.355	785.102	1.000.457	327.273	346.991	385.956	(38.966)
<b>31 de dezembro de 2020</b>	100%	84.947	1.137.880	1.222.836	148.712	707.886	856.598	366.238	218.207	(124.114)	94.093

## 13. Imobilizado – Consolidado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total	
<b>Custo</b>						
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>		5.093	7.049	2.786	4.331	19.259
Adições		524	3.708	160	3.203	7.595
Baixas		(1)	(170)	(73)	(1.635)	(1.879)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		5.616	10.587	2.873	5.899	24.975
Adições		189	588	1.000	5.385	7.162
Baixas		(2)	(65)	(323)	(5.694)	(6.084)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		5.803	11.110	3.550	5.590	26.053
<b>Depreciação acumulada</b>						
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>		(4.311)	(4.522)	(1.616)	(2.806)	(13.255)
Depreciação no exercício		(240)	(856)	(173)	541	(728)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		(4.551)	(5.378)	(1.789)	(2.265)	(13.983)
Depreciação no período		(278)	(1.048)	(190)	1.126	(390)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		(4.829)	(6.426)	(1.979)	(1.139)	(14.373)
<b>Valor líquido contábil</b>						
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>		782	2.527	1.170	1.525	6.004
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		1.065	5.209	1.084	3.634	10.992
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		974	4.684	1.571	4.451	11.680

## 14. Intangível – Consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>35.171</b>	<b>494.959</b>	<b>8.167</b>	<b>413.597</b>	<b>410.352</b>	<b>3.487</b>	<b>2.902</b>	<b>1.368.635</b>
Aquisições e construções	-	39.340	-	-	126.386	-	912	<b>166.638</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>35.171</b>	<b>534.299</b>	<b>8.167</b>	<b>413.597</b>	<b>536.738</b>	<b>3.487</b>	<b>3.814</b>	<b>1.535.273</b>
Aquisições e construções	389	236.694	-	-	(117.388)	-	4.286	<b>123.981</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>35.560</b>	<b>770.993</b>	<b>8.167</b>	<b>413.597</b>	<b>419.350</b>	<b>3.487</b>	<b>8.100</b>	<b>1.659.254</b>
<b>Amortização acumulada</b>								
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>(12.275)</b>	<b>(76.781)</b>	<b>(2.549)</b>	<b>(94.799)</b>	<b>(48.739)</b>	<b>(1.394)</b>	<b>(2.425)</b>	<b>(238.962)</b>
Amortização do período	(1.446)	(10.036)	(303)	(11.683)	(8.183)	(162)	(332)	<b>(32.145)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(13.721)</b>	<b>(86.817)</b>	<b>(2.852)</b>	<b>(106.482)</b>	<b>(56.922)</b>	<b>(1.556)</b>	<b>(2.757)</b>	<b>(271.107)</b>
Amortização do período	(1.918)	(13.310)	(402)	(15.494)	(10.380)	(215)	(1.273)	<b>(42.992)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(15.639)</b>	<b>(100.127)</b>	<b>(3.254)</b>	<b>(121.976)</b>	<b>(67.302)</b>	<b>(1.771)</b>	<b>(4.030)</b>	<b>(314.099)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>								
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>22.896</b>	<b>418.178</b>	<b>5.618</b>	<b>318.798</b>	<b>361.613</b>	<b>2.093</b>	<b>477</b>	<b>1.129.673</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>21.450</b>	<b>447.482</b>	<b>5.315</b>	<b>307.115</b>	<b>479.816</b>	<b>1.931</b>	<b>1.057</b>	<b>1.264.166</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>19.921</b>	<b>670.866</b>	<b>4.913</b>	<b>291.621</b>	<b>352.048</b>	<b>1.716</b>	<b>4.070</b>	<b>1.345.155</b>

Os direitos de uso são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos.

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

	<b>2009</b>
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
<b>Total</b>	<b>413.597</b>

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado na tabela acima.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 28.456 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 37.504 em 31 de dezembro de 2021). As taxas médias de capitalização em 2022 e 2021 foram de 31% (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures).

## 15. Empréstimos e financiamentos – Consolidado

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 25.

Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	31/12/2022	31/01/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	-	28
CCB (ii)	4,17% a 7,10%	CDI	2023	35.024	31.517
Leasing (i)	4,40% a 7,41%	CDI	2024 – 2027	5.374	3.888
<b>Total</b>			<b>40.398</b>	<b>35.405</b>	-
Circulante			37.351	31.517	28
<b>Não circulante</b>			<b>3.047</b>	<b>3.888</b>	-

- (i) Empréstimo obtido junto ao Banco Santander, Banco DDL e Banco Mercedes, na modalidade Leasing para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens; e
- (ii) Empréstimo obtido junto ao Banco Pine e Banco Santander, nas modalidades de cédulas de crédito bancário (CCB) para finalidade de fluxo de caixa.

### Composição por vencimento:

Vencimento em	2021
2022	31.517
Acima 2023	3.888
<b>Total</b>	<b>35.405</b>
Vencimento em	2022
2023	37.351
Acima 2024	3.047
<b>Total</b>	<b>40.398</b>

### Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2021	01/01/2021
	31/12/2022 (Reapresentado)	(Reapresentado)
<b>Saldos iniciais</b>	<b>35.404</b>	<b>28</b>
<b>Saldos finais</b>	<b>40.398</b>	<b>28</b>
<b>Varição do fluxo de caixa de financiamento</b>		
Pagamentos de financiamentos (principal)	(34.533)	(171.835)
Pagamentos de juros	(6.454)	(1.845)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(40.988)</b>	<b>(173.680)</b>
<b>Outras variações</b>		
Novas captações	35.233	-
Despesas de juros	10.749	-
<b>Total de outras variações</b>	<b>45.981</b>	-

## 16. Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 25.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora			Consolidado		
					31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentação)	01/01/2021 (Reapresentação)	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentação)	01/01/2021 (Reapresentação)
31/08/2018	Única	110.000	15/10/2026	103% CDI	132.662	115.427	105.600	132.662	115.427	105.600
15/07/2019	Única	16.600	15/10/2026	103%CDI	20.655	18.315	17.518	20.655	18.315	17.518
17/01/2022	Única	100.000	15/10/2026	103%CDI	21.709	-	-	21.709	-	-
28/02/2020	Única	700.000	15/12/2034	5,55% a.a. + IPCA	-	-	-	812.096	767.203	688.680
18/07/2022	Única	75.000	15/04/2026	9,00 + IPCA	78.804	-	-	78.804	-	-
<b>Total</b>					<b>253.831</b>	<b>133.742</b>	<b>123.118</b>	<b>1.065.926</b>	<b>900.945</b>	<b>811.798</b>
<b>Circulante</b>					<b>26.487</b>	<b>133.742</b>	<b>123.118</b>	<b>73.569</b>	<b>176.949</b>	<b>162.863</b>
Debêntures					26.487	133.742	123.118	76.053	179.432	165.347
(-) Comissão					-	-	-	(2.484)	(2.483)	(2.484)
<b>Não circulante</b>					<b>227.344</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>992.357</b>	<b>723.996</b>	<b>648.935</b>
Debêntures					227.344	-	-	1.019.241	753.363	680.787
(-) Comissão					-	-	-	(26.884)	(29.368)	(31.852)



**Movimentação das debêntures:**

<b>Controladora</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Saldos iniciais</b>	<b>133.742</b>	<b>123.118</b>
<b>Varição do fluxo de caixa de financiamento</b>		
Pagamentos de principal	-	-
Pagamentos de juros	-	-
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Novas Captações	95.465	5.000
Despesas de juros	24.624	5.624
<b>Total de outras variações</b>	<b>120.089</b>	<b>10.624</b>
<b>Saldos finais</b>	<b>253.831</b>	<b>133.742</b>
<b>Consolidado</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Saldos iniciais</b>	<b>900.945</b>	<b>811.798</b>
<b>Varição do fluxo de caixa de financiamento</b>		
Pagamentos de financiamentos	(2.107)	(1.937)
Pagamentos de juros	(45.878)	(41.978)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(47.985)</b>	<b>(43.915)</b>
Novas Captações	95.465	5.000
Despesas de juros	117.502	128.062
<b>Total de outras variações</b>	<b>212.967</b>	<b>133.062</b>
<b>Saldos finais</b>	<b>1.065.926</b>	<b>900.945</b>

**(i) Controladora**

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia realizou a segunda emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). Foram emitidas 110.000 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000 (hum mil reais), com vencimento em 31 de agosto de 2021. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia.

Em 09 de agosto de 2021 foi emitido o primeiro aditamento a escritura particular da 2ª (segunda) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da BRVias Holding VRD S.A., com o objetivo de alongar o prazo de vencimento das debêntures, sendo a nova data acordada para 31 de agosto de 2022.

Em 17 de julho de 2019, a Companhia realizou a terceira emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 16.600.000,00 (dezesesseis milhões e seiscentos mil reais). Foram emitidas 16.600 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000 (hum mil reais), com vencimento em 31 de agosto de 2021. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia.

Em 09 de agosto de 2021 foi emitido o primeiro aditamento a escritura particular da 3ª (terceira) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da BRVias Holding VRD S.A., com o objetivo de alongar o prazo de vencimento das debêntures, sendo a nova data acordada para 31 de agosto de 2022.

Em 17 de janeiro de 2022, a Companhia realizou a quarta emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem milhões de reais), com o valor

nominal unitário de R\$1.000 (hum mil reais), com vencimento em 17 de janeiro de 2023. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia.

Em 30 de junho de 2022, haviam sido subscritas o valor total de 36.000 debêntures e a 2ª e 3ª Emissão de Debêntures com vencimento de pagamento de juros e principal em 31 de agosto de 2022, foram aditadas com postergação do vencimento para 31 de agosto de 2025.

Em 18 de julho de 2022, a Companhia realizou a quinta emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, no valor total de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais).

Foram emitidas 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (hum mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de outubro de 2026 e último vencimento em 15 de abril de 2036. As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 9% a.a.

## (ii) Controlada

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou a segunda emissão pública de debêntures simples (em decorrência da possibilidade da diminuição das taxas do antigo endividamento), não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 700.000. Foram emitidas 700.000 (setecentas mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (hum mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de junho de 2020 e último vencimento em 15 de dezembro de 2034.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 5,55% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus ao pagamento de seu valor nominal unitário atualizado e juros semestralmente, iniciando em 15 de setembro de 2020 até 15 de dezembro de 2034.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Contratação, pela Emissora com quaisquer terceiros, incluindo com partes relacionadas, de empréstimos, mútuos, financiamentos, adiantamentos de recursos, hedge, leasing e financiamento de máquinas, equipamentos e veículos ou qualquer outra forma de operação de crédito, operação financeira e/ou operação de mercado de capitais, local ou internacional, inclusive mediante prestação de garantia fidejussória e/ou real e concessão de preferência a outros créditos, exceto com relação a operações que, cumulativamente, atendam as seguintes características: **(a)** tenham prazo de vencimento de até 1 (um) ano; **(b)** não contenham quaisquer garantias prestadas pela Emissora; **(c)** os recursos captados sejam aplicados no Projeto; e **(d)** sejam limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado pela variação do IPCA no período. Excetuam-se os **(1)** mútuos subordinados celebrados entre a Emissora e a Acionista, nos quais a Emissora figure como mutuária; **(2)** operações de leasing para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- Manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses antecedentes à data do cálculo, superior ou igual a 1,3x.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findo dezembro de cada ano.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 33.715 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 4.347. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 29.368.

## 17. Fornecedores – Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Fornecedores diversos	21.268	31.777	48.224
Fornecedores - risco sacado (ii)	23.342	64.544	-
Medições a pagar	-	506	3.734
Retenções (i)	11.421	12.524	10.968
<b>Total</b>	<b>56.031</b>	<b>109.351</b>	<b>62.926</b>

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.
- (ii) Refere-se a fornecedores que tiveram seus recebíveis descontados com instituições financeiras que possuem convênio com a Companhia. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores, sendo assim, a Companhia não desreconheceu os passivos aos quais a transação de risco sacado se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar ou fazer parte das transações de risco sacado. A Companhia divulga os valores contabilizados pelos fornecedores na rubrica de “fornecedores – risco sacado”, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar com fornecedores. Os pagamentos junto a referida instituição financeiras são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviço.

A vencer	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Até 180 dias	38.245	92.369	37.252
De 181 a 360 dias	2.969	425	7.585
<b>Total</b>	<b>41.214</b>	<b>92.794</b>	<b>44.837</b>
<b>Vencidas</b>			
Até 30 dias	1.264	1.038	2.014
De 31 a 60 dias	2140	2.489	1.373
<b>Total</b>	<b>3.404</b>	<b>3.527</b>	<b>3.387</b>
<b>Total</b>	<b>44.618</b>	<b>96.321</b>	<b>48.224</b>

## 18. Provisão para manutenção – Contrato de concessão (Consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada.

Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Passivo circulante	10.189	9.653	12.286
Passivo não circulante	19.467	10.649	30.258
<b>Total</b>	<b>29.656</b>	<b>20.302</b>	<b>42.544</b>

Movimentação da provisão para manutenção:

<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>42.544</b>
Realização por consumo	(77.826)
Adições	55.583
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>20.302</b>
Realização por consumo	(61.374)
Adições	70.728
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>29.656</b>

## 19. Ativos e passivos fiscais diferidos

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

A sua controlada em 31 de dezembro de 2022 e 2021, reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

Ativo	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Prejuízo fiscal e base negativa	18.138	38.138	38.138
Provisão para manutenção	12.023	6.903	14.465
Outras provisões temporárias	1.252	380	576
<b>Total</b>	<b>31.413</b>	<b>45.421</b>	<b>53.179</b>
<b>Passivo</b>			
Custos dos empréstimos	(69.835)	(62.012)	(50.569)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(29.103)	(28.159)	(29.644)
<b>Total</b>	<b>(98.938)</b>	<b>(90.171)</b>	<b>(80.213)</b>
<b>(=) Saldo ativo fiscal diferido</b>	<b>(67.525)</b>	<b>(44.750)</b>	<b>(27.034)</b>

### Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em	Saldo em	Saldo em	Movimentação no	Movimentação no
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	resultado de 2022	resultado de 2021
<b>Ativo</b>					
Prejuízo fiscal e base negativa	18.138	38.138	38.138	20.000	-
Provisão para manutenção	12.023	6.903	14.465	(5.120)	(7.562)
Outras provisões temporárias	1.252	380	576	(872)	(196)
<b>Total</b>	<b>31.413</b>	<b>45.421</b>	<b>53.179</b>	<b>14.008</b>	<b>(7.758)</b>
<b>Passivo</b>					
Custos dos empréstimos	(69.835)	(62.012)	(50.569)	7.823	11.443
Intangíveis - efeito temporário	(29.103)	(28.159)	(29.644)	945	(1.486)
<b>Total</b>	<b>(98.938)</b>	<b>(90.171)</b>	<b>(80.213)</b>	<b>8.768</b>	<b>9.957</b>
<b>Total</b>	<b>(67.525)</b>	<b>(44.750)</b>	<b>(27.034)</b>	<b>22.776</b>	<b>17.715</b>

a) **Créditos tributários**

**Companhia**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	205.927	184.407	184.246

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados devido à falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

**Controlada**

Em 31 de dezembro de 2022, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Controlada	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	446.005	255.943	184.246

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2027, como demonstrado abaixo:

2023	24.816
2024	87.863
2025	105.538
2026	125.721
2027	102.067
<b>Total</b>	<b>446.006</b>

c) **Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Controladora – Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(56.295)</b>	<b>(44.616)</b>
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	19.140	15.169
Equivalência patrimonial	(31.568)	(38.966)
( - ) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	-	-
<b>Total</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

## Consolidado – Descrição

31/12/2022 31/12/2021

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(33.519)</b>	<b>(26.900)</b>
Alíquota nominal	34%	34%
( = ) Despesas com imposto a alíquota nominal	11.396	9.146
( - ) Adições permanentes	(426)	(1.713)
( + ) Exclusão permanente	-	-
( - ) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	-	-
( +/- ) Outros créditos não reconhecidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.776)	(17.715)
<b>Total</b>	<b>68%</b>	<b>66%</b>

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

## 20. Provisão para contingências – Consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2022, está provisionado o montante de R\$ 2.182 (R\$ 986 em 31 de dezembro de 2021), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

## Resumo da movimentação:

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldo inicial 01 de janeiro de 2021</b>	<b>871</b>	<b>692</b>	<b>1.563</b>
Provisão	952	314	1.266
Reversão de provisão	(1.350)	(493)	(1.843)
<b>Saldo final 31 de dezembro de 2021</b>	<b>473</b>	<b>513</b>	<b>986</b>
Provisão	2.083	800	2.883
Reversão de provisão	(1.219)	(470)	(1.689)
<b>Saldo final 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.338</b>	<b>844</b>	<b>2.182</b>

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 13.948 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 13.292 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 41.000 (Nota Explicativa nº 26) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	84	10.981	84	9.149
Trabalhistas	43	2.967	50	4.143
<b>Total</b>	<b>127</b>	<b>13.948</b>	<b>134</b>	<b>13.292</b>

## 21. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 447.470, e está representado por 447.469.536 de ações, sendo 223.734.768 de ações ordinárias e 223.734.768 de ações preferenciais.

O saldo do capital a integralizar em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 70.600.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é apresentada a seguir:

<b>Descrição</b>		<b>%</b>
Fundo de Investimento em Participações Volluto	223.846.668	50,03
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	223.622.868	49,97
<b>Total</b>	<b>447.469.536</b>	<b>100,00</b>

### Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

### Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na controlada, decorrente da aplicação dos novos Pronunciamentos Contábeis (CPCs) em 2010.

### Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo no 202 da Lei das S.A.

## 22. Receita operacional líquida – Consolidado

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Receita de pedágios	272.859	221.207
Receitas acessórias	16.782	13.576
Receita de construção	91.239	128.283
Outras receitas	-	1.053
Tributos incidentes	(25.316)	(19.641)
<b>Total</b>	<b>355.564</b>	<b>344.478</b>

## 23. Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

<b>Controladora</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Serviços de terceiros	(486)	(14)
Outros	(209)	(10)
<b>Total</b>	<b>(695)</b>	<b>(24)</b>
Despesas administrativas e gerais (i)	(695)	(24)

Consolidado	31/12/2021	
	31/12/2022	(Reapresentado)
Serviços de terceiros	(17.447)	(19.370)
Com pessoal	(26.567)	(20.707)
Amortização e depreciação	(43.382)	(32.873)
Constituição de provisão para manutenção	(80.238)	(55.775)
Custo de contrato concessão	(16.009)	(13.756)
Outros	(3.262)	(3.446)
<b>Total</b>	<b>(186.905)</b>	<b>(143.281)</b>
Custo dos serviços prestados	(184.953)	(141.803)
Despesas administrativas e gerais (i)	(1.952)	(4.148)
<b>Custo de construção</b>	<b>(91.239)</b>	<b>(128.283)</b>

(i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal.

## 24. Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram:

Controladora	31/12/2022	31/12/2021
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos	(22.612)	(5.626)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(22.612)</b>	<b>(5.626)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(22.612)</b>	<b>(5.626)</b>

Consolidado	31/12/2021	
	31/12/2022	(Reapresentado)
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.480	2.513
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>5.480</b>	<b>2.513</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos	(108.393)	(95.945)
Outras despesas financeiras	(6.606)	(3.711)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(114.999)</b>	<b>(99.656)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(109.519)</b>	<b>(97.143)</b>

## 25. Instrumentos financeiros

### a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.



Controladora	Notas	Custo amortizado	
		2022	2021
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	123	-
Outros créditos	-	32	32
<b>Passivos</b>			
Debêntures	16	253.831	133.742
Fornecedores	17	233	29

  

Consolidado	Notas	Custo amortizado	
		2022	2021
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.781	845
Aplicação financeira	9	41.301	27.810
Contas a receber de clientes	10	21.112	16.563
Outros créditos	-	1.041	644
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e financiamentos	15	40.398	35.404
Debêntures	16	1.065.926	900.945
Fornecedores	17	56.031	109.351

**b) Mensuração do valor justo**

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022.

**c) Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia e sua controlada apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

**(i) Estrutura do gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

**(ii) Risco de liquidez**

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito,

decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

#### **Cronograma de amortização da dívida – Consolidado**

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

##### **Consolidado**

<b>Em 31/12/2022</b>	<b>Contábil</b>	<b>Fluxo contratual</b>	<b>2023</b>	<b>Acima de 2024</b>
Empréstimos e financiamentos	40.398	40.398	37.754	2.644
Debêntures	1.065.926	2.225.983	50.515	2.175.468
Fornecedores e contas a pagar	66.936	66.936	66.936	-
<b>Dividendos pagar</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>1.173.326</b>	<b>2.333.383</b>	<b>155.271</b>	<b>2.178.112</b>

<b>Em 31/12/2021</b>	<b>Contábil</b>	<b>Fluxo contratual</b>	<b>2022</b>	<b>Acima de 2023</b>
Empréstimos e financiamentos	35.405	38.489	38.489	-
Debêntures	900.945	2.534.651	194.294	2.340.357
Fornecedores e contas a pagar	120.901	120.901	120.901	-
<b>Dividendos pagar</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>899.716</b>	<b>89.331</b>	<b>41.142</b>	<b>1.207.443</b>

(\*) O cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de *covenants* conforme Notas Explicativas nºs 16 e 17.

#### **(iii) Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2021 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

#### **Riscos de taxas de juros**

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, às mudanças

nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

### Perfil

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

	Valor contábil	
	2022	2021
<b>Instrumentos de taxa pré-fixada</b>		
Empréstimos e financiamentos	40.398	35.404

Risco	Valor contábil		
	2022	2021	
<b>Instrumentos de taxa variável</b>			
Debêntures controlada	IPCA	812.096	767.203
Debêntures controladora	CDI	253.831	133.742

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

### Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir:

#### (iv) Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA.

#### (v) Seleção dos cenários

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA e CDI de acordo com as projeções obtidas no Banco Central (Bacen) – Relatório Focus, Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), em 31 de dezembro de 2022.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e CDI foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) **Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA e CDI é apresentada na tabela abaixo:

**Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – Apreciação das taxas**

Instrumentos	Exposição 31/12/2022	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures controlada	841.464	Aumento IPCA	5,79%	(47.377)	7,23%	(59.221)	8,68%	(71.065)
Debêntures controladora	253.830	Aumento IPCA	5,79%	(3.804)	7,23%	(4.756)	8,68%	(5.707)
Empréstimos e Financiamentos	35.874	Aumento CDI	13,65%	(2.157)	17,06%	(2.696)	20,48%	(3.236)
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>1.131.168</b>			<b>(53.338)</b>		<b>(66.673)</b>		<b>(80.008)</b>
<b>Impacto no resultado do período apresentado</b>				<b>(53.338)</b>		<b>(66.673)</b>		<b>(80.008)</b>

Instrumentos	Exposição 31/12/2022	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures controlada	841.464	Redução IPCA	5,79%	47.377	4,34%	35.533	2,89%	23.688
Debêntures controladora	253.830	Redução IPCA	5,79%	3.804	4,34%	2.853	2,89%	1.902
Empréstimos e Financiamentos	35.874	Redução CDI	13,65%	2.157	10,24%	1.618	6,83%	1.079
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>1.131.168</b>			<b>53.338</b>		<b>40.004</b>		<b>26.669</b>
<b>Impacto no resultado do período apresentado</b>				<b>53.338</b>		<b>40.004</b>		<b>26.669</b>

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022.

### **(vii) Risco de preço e valor de mercado**

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico – financeiro.

### **(viii) Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

### **Gestão do capital social**

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

## **26. Cobertura de seguros – Consolidado**

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

<b>Modalidade</b>	<b>Vigência</b>	<b>Cobertura</b>
Garantia operação	Maio/2022 a maio/2023	58.308
Garantia ampliação	Maio/2022 a maio/2023	81.368
Operacionais	Maio/2022 a maio/2023	2.137.732
Responsabilidade civil	Maio/2022 a maio/2023	41.000

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

## **27. Benefícios aos empregados – Consolidado**

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale-alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

## **28. Aspectos ambientais – Consolidado**

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua

controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas aos assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

## 29. Risco regulatório – Consolidado

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 26.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita às fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não estejam atendendo às obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar suas informações financeiras.

## 30. Compromissos vinculados a contrato de concessão – Consolidado

### **Decorrente da verba de fiscalização**

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Concessionária, portanto em 27 de julho de 2013 foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013 conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

### **Investimentos**

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão.

A Controlada tem previsão orçamentária para realizar investimentos e conseqüentemente cumprir as metas contratuais.

## 31. Demonstrações dos fluxos de caixa – Consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o período findo 31 de dezembro de 2022 não ocorreu adições de itens não caixas relativos ao intangível.

## 32. Reapresentação dos valores correspondentes

### **Reapresentação da controladora ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A**

31 de dezembro de 2021 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2021 em função da revisão da política contábil referente a capitalização dos custos de empréstimos de exercícios anteriores na controlada. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de divergência e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e referem-se a uma avaliação mais aprofundada das normas contábeis – em linha com as exigências previstas na ICPC 01: Contratos de Concessão, correlacionada à norma internacional IFRIC 12, e igualmente no CPC 20: Custos dos Empréstimos, correlacionado à IAS 23.

Até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a controlada ViaRondon vinha reconhecendo tais custos diretamente no resultado do exercício em linha específica de despesas financeiras. Após uma avaliação sobre a essência econômica das operações de financiamento, houve uma mudança desse

entendimento, sendo que a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e com ajustes retrospectivos, os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção do ativo intangível de concessão passam a ser registrados como parte do custo deste ativo.

A administração da Companhia entendeu que tal alteração de prática contábil irá produzir demonstrações financeiras mais fidedignas e com informações mais relevantes aos seus usuários. Isso porque essa forma de contabilização melhor respeita a essência econômica da concessão e do respectivo financiamento correspondente para os investimentos necessários.

Os resultados e os impactos dessa alteração de política contábil para o exercício corrente e passados, em linha com as exigências do CPC 23, são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2021			01 de janeiro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa			-	2		2
Aplicações financeiras			-			-
Contas a receber			-			-
Despesas pagas antecipadamente			-			-
Adiantamento a fornecedores			-			-
Partes relacionadas			-			-
Outros créditos	32		32	32		32
<b>Total do ativo circulante</b>	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>32</u>	<u>34</u>	<u>-</u>	<u>34</u>
<b>Ativo não circulante</b>						
Partes relacionadas	11.290		11.290	6.290		6.290
Depósitos judiciais			-			-
Imposto de renda e contribuição social diferido			-			-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<u>11.290</u>	<u>-</u>	<u>11.290</u>	<u>6.290</u>	<u>-</u>	<u>6.290</u>
Investimentos	211.293	115.980	327.273	272.145	94.093	366.238
Imobilizado			-			-
Intangível						
<b>Total do ativo não circulante</b>	<u>222.583</u>	<u>115.980</u>	<u>338.563</u>	<u>278.435</u>	<u>94.093</u>	<u>372.528</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>222.615</u>	<u>115.980</u>	<u>338.595</u>	<u>278.469</u>	<u>94.093</u>	<u>372.562</u>



	31 de dezembro de 2021			01 de janeiro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Passivo circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos			-			-
Debêntures	133.742		133.742	123.118		123.118
Fornecedores	29		29	6		6
Arrendamento por direito de uso			-			-
Obrigações tributárias	3		3	2		2
Obrigações sociais			-			-
Partes relacionadas	1.459		1.459	1.459		1.459
Outras contas a pagar			-			-
Dividendos a pagar	66		66	66		66
Provisão para manutenção			-			-
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>135.299</b>	<b>-</b>	<b>135.299</b>	<b>124.650</b>	<b>-</b>	<b>124.651</b>
<b>Passivo não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos			-			-
Debêntures			-			-
Arrendamento por direito de uso			-			-
Provisão para manutenção			-			-
Provisão para contingências			-			-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	376.870		376.870	376.870		376.870
Reserva de capital	25.461		25.461	25.461		25.461
Prejuízos acumulados	(315.015)	115.980	(199.035)	(248.512)	94.093	(154.419)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>87.316</b>	<b>115.980</b>	<b>203.296</b>	<b>153.819</b>	<b>94.093</b>	<b>247.912</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>135.299</b>	<b>-</b>	<b>135.299</b>	<b>124.650</b>	<b>-</b>	<b>124.651</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>222.615</b>	<b>115.980</b>	<b>338.595</b>	<b>278.469</b>	<b>94.093</b>	<b>372.562</b>

	31 de dezembro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Receita operacional líquida</b>			-
Custo dos serviços prestados			-
Custo de construção			-
<b>Lucro bruto</b>	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais			-
Despesas gerais e administrativas	(24)		(24)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	(24)	-	(24)
Receita financeira			-
Despesa financeira	(5.626)		(5.626)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	(5.626)	-	(5.626)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	(60.853)	21.887	(38.966)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	(66.503)	21.887	(44.616)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-		-
Imposto de renda e contribuição social diferidos			-
<b>Prejuízo do exercício</b>	(66.503)	21.887	(44.616)

	31 de dezembro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício	(66.503)	21.887	(44.616)
<b>Ajustes para:</b>			
(Reversão) constituição de provisão para contingências			-
Resultado de equivalência patrimonial	60.853	(21.887)	38.966
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	5.624		5.624
Imposto de renda e contribuição social diferidos			-
	(26)	-	(26)
<b>(Aumento) redução no ativo:</b>			
Contas a receber			-
Despesas pagas antecipadamente			-
Outros créditos			-
<b>Aumento (redução) no passivo:</b>			
Fornecedores	23		23
Passivo fiscal corrente	1		1
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	(1)	-	(1)
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado			-
Adição do intangível			-
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos</b>	-	-	-
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamentos</b>			
Partes relacionadas	(5.000)		(5.000)
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	-		-
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	5.000		5.000
<b>Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos</b>	-	-	-
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	(1)	-	(1)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2		2
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-		0

### **Reapresentação empresa controlada**

A administração da Companhia está reapresentando as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2021 em função da revisão da política contábil referente a capitalização dos custos de empréstimos de exercícios anteriores. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de divergência e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e referem-se a uma avaliação mais aprofundada das normas contábeis – em linha com as exigências previstas na ICPC 01: Contratos de Concessão, correlacionada à norma internacional IFRIC 12, e igualmente no CPC 20: Custos dos Empréstimos, correlacionado à IAS 23.

Até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia vinha reconhecendo tais custos diretamente no resultado do exercício em linha específica de despesas financeiras. Após uma avaliação sobre a essência econômica das operações de financiamento, houve uma mudança desse entendimento, sendo que a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e com ajustes retrospectivos, os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção do ativo intangível de concessão passam a ser registrados como parte do custo deste ativo.

A administração da Companhia entende que tal alteração de prática contábil irá produzir demonstrações financeiras mais fidedignas e com informações mais relevantes aos seus usuários. Isso porque essa forma de contabilização melhor respeita a essência econômica da concessão e do respectivo financiamento correspondente para os investimentos necessários.

Os resultados e os impactos dessa alteração de política contábil para o exercício corrente e passados, em linha com as exigências do CPC 23, são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2021			01 de janeiro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	845		845	758		758
Aplicações financeiras	27.810		27.810	63.851		63.851
Contas a receber	16.563		16.563	13.606		13.606
Despesas pagas antecipadamente	1.343		1.343	384		384
Adiantamento a fornecedores	1.050		1.050	736		736
Partes relacionadas	2.593		2.593	2.413		2.413
Outros créditos	602		602	3.199		3.199
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>50.806</b>	<b>-</b>	<b>50.806</b>	<b>84.947</b>	<b>-</b>	<b>84.947</b>
<b>Ativo não circulante</b>						
Depósitos judiciais	1.767		1.767	2.212		2.212
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.998	(14.998)	-	21.438	(21.438)	-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>16.765</b>	<b>(14.998)</b>	<b>1.767</b>	<b>23.650</b>	<b>(21.438)</b>	<b>2.212</b>
Imobilizado	10.992		10.992	6.004		6.004
Intangível	1.088.438	175.728	1.264.166	987.108	142.565	1.129.673
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.116.195</b>	<b>160.730</b>	<b>1.276.925</b>	<b>1.016.762</b>	<b>121.127</b>	<b>1.137.889</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.167.001</b>	<b>160.730</b>	<b>1.327.731</b>	<b>1.101.709</b>	<b>121.127</b>	<b>1.222.836</b>

	31 de dezembro de 2021			01 de janeiro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Passivo circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	31.517		31.517	28		28
Debêntures	43.207		43.207	39.745		39.745
Fornecedores	109.322		109.322	62.920		62.920
Arrendamento por direito de uso	755		755	427		427
Passivo fiscal	2.826		2.826	3.900		3.900
Obrigações sociais	2.509		2.509	2.005		2.005
Provisão para manutenção	9.653		9.653	12.286		12.286
Partes relacionadas	5.607		5.607	10.868		10.868
Outras contas a pagar	9.959		9.959	16.533		16.533
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>215.355</b>	<b>-</b>	<b>215.355</b>	<b>148.712</b>	<b>-</b>	<b>148.712</b>
<b>Passivo não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	3.888		3.888	-		-
Debêntures	723.996		723.996	648.935		648.935
Arrendamento por direito de uso	834		834	96		96
Provisão para manutenção	10.649		10.649	30.258		30.258
Provisão para contingências	986		986	1.563		1.563
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	44.750	44.750	-	27.034	27.034
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>740.353</b>	<b>44.750</b>	<b>785.103</b>	<b>680.852</b>	<b>27.034</b>	<b>707.886</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital integralizado	402.651		402.651	402.651		402.651
Prejuízos acumulados	(191.358)	115.980	(75.378)	(130.506)	94.093	(36.413)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>211.293</b>	<b>115.980</b>	<b>327.273</b>	<b>272.145</b>	<b>94.093</b>	<b>366.238</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>955.708</b>	<b>44.750</b>	<b>1.000.458</b>	<b>829.564</b>	<b>27.034</b>	<b>856.598</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.167.001</b>	<b>160.730</b>	<b>1.327.731</b>	<b>1.101.709</b>	<b>121.127</b>	<b>1.222.836</b>

DRE	31 de dezembro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Receita operacional líquida</b>	344.478		344.478
Custo dos serviços prestados	(137.462)	(4.341)	(141.803)
Custo de construção	(128.283)		(128.283)
<b>Lucro bruto</b>	78.732	(4.341)	74.391
Receitas (despesas) operacionais			
Outros resultados operacionais			-
Despesas gerais e administrativas	(4.124)		(4.124)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	74.608	(4.341)	70.267
Receita financeira	2.513		2.513
Despesa financeira	(131.535)	37.504	(94.031)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	(129.022)	37.504	(91.518)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	(54.414)	33.163	(21.251)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-		-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.439)	(11.275)	(17.715)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(60.853)</b>	<b>21.888</b>	<b>(38.965)</b>

DFC	31 de dezembro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício	(60.853)	21.888	(38.965)
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação	728		728
Amortização	27.804	4.341	32.145
Baixa do ativo imobilizado líquida	1.879		1.879
Provisão para manutenção	55.583		55.583
Provisão para contingências	(577)		(577)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	125.092		125.092
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.439	11.275	17.715
	156.095	37.504	193.599
<b>(Aumento) redução no ativo:</b>			
Contas a receber	(2.957)		(2.957)
Despesas pagas antecipadamente	(959)		(959)
Outros créditos	2.728		2.728
<b>Aumento (redução) no passivo:</b>			
Fornecedores	46.402		46.402
Passivo fiscal corrente	(1.074)		(1.074)
Obrigações sociais	504		504
Contas a pagar	(14.941)		(14.941)
Consumo de provisão para manutenção	(77.826)		(77.826)
Outros passivos	1.065		1.065
Juros pagos	(43.788)		(43.788)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	65.248	37.504	102.752
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimentos</b>			
Partes relacionadas			
Aplicações financeiras	(208.836)		(208.836)
Resgate das aplicações	244.876		244.876
Aquisição de imobilizado	(7.595)		(7.595)
Adição ao intangível	(129.134)	(37.504)	(166.638)
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos</b>	(100.688)	(37.504)	(138.192)
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamentos</b>			
Captação de empréstimos e financiamentos	38.700		38.700
Partes relacionadas	2.930		2.930
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(6.104)		(6.104)
<b>Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos</b>	35.527	-	35.527
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	87	-	87
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	758	-	758
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	845	-	845

DVA	31 de dezembro de 2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Receitas operacionais</b>	364.119		364.119
Serviços prestados	221.207		221.207
Receita de construção	128.283		128.283
Outras receitas	14.629		14.629
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	(217.223)	-	(217.223)
Custos serviços prestados	(19.357)		(19.357)
Custo de construção	(128.283)		(128.283)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(69.583)		(69.583)
<b>Valor adicionado bruto</b>	146.896	-	146.896
Depreciação de imobilizado	(2.384)		(2.384)
Amortização de intangível	(27.804)	(4.341)	(32.145)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	116.708	(4.341)	112.367
Receitas financeiras	2.513		2.513
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>119.221</b>	<b>(4.341)</b>	<b>114.880</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>	17.987	-	17.987
Remuneração direta	12.834		12.834
Benefícios	4.113		4.113
FGTS	928		928
Outros	112		112
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	28.903	11.275	40.178
Federais	17.601	11.275	28.876
Estaduais	157		157
Municipais	11.145		11.145
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	133.185	(37.504)	95.681
Juros	131.535	(37.504)	94.031
Aluguéis	1.650		1.650
<b>Remunerações de capitais próprios</b>	(60.853)	21.888	(38.965)
Prejuízo do exercício	(60.853)	21.888	(38.965)
<b>Total distribuição valor adicionado</b>	<b>119.221</b>	<b>(4.341)</b>	<b>114.880</b>

\* \* \*

#### Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França – Diretora  
Ricardo de Souza Adenes – Diretor

#### Conselheiros

Antônio Roberto Beldi  
Paulo Sergio Coelho  
Ricardo Constantino

#### Contador

Durval Maia  
CT – CRC/SP nº 1SP-292.261/O-8